



Expresso

31-08-2013

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Economia

Dimensão: 314

Imagem: N/Cor

Página (s): 8

# Passos prepara a *troika* para o pior

PM prevê mais chumbos mas avisa: "Não me demito por causa do TC". Segundo resgate volta a pairar

O Governo parte para a próxima avaliação da *troika* com a noção de que dificilmente serão concretizadas as grandes reformas acordadas com os credores na 7ª revisão do memorando. A leitura feita pelo Tribunal Constitucional ao chumbar o diploma da requalificação na função pública permite antever novos chumbos dos próximos diplomas da reforma do Estado. E o Governo sabe que não tem alternativa para cortar entre 1,3 e 1,5 mil milhões só no próximo OE.

Apesar disso, o Executivo está disposto a responder a cada chumbo com um plano B que, mesmo que não cubra na totalidade o que está no memorando, cumpra o objetivo de redução estrutural da despesa e dê para o exterior o sinal de que o Executivo não se sente de mãos atadas. O acórdão desta semana é vis-

to como muito complicado "do ponto de vista da reputação externa" e essa é a primeira frente que o Governo quer acautelar. "A *troika* não chegará a Portugal sem que este problema esteja resolvido", garante fonte governamental sobre a mobilidade.

Apesar desta disposição de "mostrar proficiência e contornar cada obstáculo", Passos Coelho já passou a mensagem internamente: "Não é difícil esperar uma mesma reação do TC nos próximos diplomas. E se não nos deixam reduzir salários nem despedir funcionários públicos, então não há solução. Não cumprimos nenhum dos objetivos acordados com a *troika* e um 2º resgate torna-se quase inevitável", partilhou o PM em privado.

No Conselho de Ministros de 5ª

feira Passos já esperava o chumbo dos juízes, mas o teor do acórdão foi pior do que o esperado. O impacto orçamental no curto prazo é gerível (se o Estado não despede, também não paga subsídios nem indemnizações — e é sempre possível cortar mais nos salários de quem está na mobilidade); mas, sublinha fonte oficial, quando lê o princípio constitucional da confiança de forma "tão estreita e conservadora", o TC diz que "não se pode mudar nada e isso deixa-nos paralisados". Ou, nas palavras de um membro do núcleo duro do Governo: "Conceptualmente este acórdão deixa uma margem muito exigua para a reforma da despesa do Estado". É essa a mensagem que vai ser passada à *troika*.

A questão é mais ampla do que a poupança prevista com o novo sistema de requalificação. Antes

de mais, este chumbo pode comprometer o sucesso do programa de rescisões amigáveis que arranca na 2ª feira. Por outro lado, o TC confirma os receios do Governo de que dificilmente os juízes deixarão passar a convergência das regras da Caixa Geral de Aposentações com a Segurança Social. Por fim, também a nova tabela salarial da função pública e até a lei das 40 horas podem tropeçar no TC.

## "Não me demito pelo TC"

A confirmarem-se estes receios, todas as grandes reformas combinadas na 7ª avaliação para um corte estrutural de despesa ficam em xeque. Mas o Governo recusa antecipar cenários: cada caso terá resposta a seu tempo — e à *troika* caberá avaliar a atitude do Governo peran-

te os "obstáculos". O primeiro-ministro já deixou claro no *inner circle* que não tenciona demitir-se por causa do TC. Ao contrário, Passos parece determinado em agarrar o que considerava serem "atavismos" para reforçar o combate. Com pinças até às autárquicas — "radicalizar na campanha não convém", reconhece-se —, mas de forma mais aberta a seguir.

Ontem, Passos comentou a decisão: "Espero que esta leitura do TC não tenha sido tão estreita que no futuro não se possa alterar nada no Estado. Isso seria uma má notícia para o país e os parceiros internacionais", afirmou, embora recusando "fazer nexos de causalidade" entre o acórdão e os objetivos do Governo. Passos dispôs-se ainda a "corrigir os fundamentos de inconstitucionalidade".

A mensagem para a *troika* não será tão cordata: o Governo teme não ter condições para cumprir as metas do défice para 2014, a menos que haja boa vontade dos credores para flexibilizarem os 4% previstos para o próximo ano. Fontes da Comissão Europeia garantiram ao Expresso antes das férias que essa flexibilidade seria possível apenas em caso de chumbos do TC aos diplomas-chaves da reforma do Estado. No Governo, teme-se que os sinais de "crescente reserva" das instituições da *troika* após a crise política no Executivo tornem as 8ª e 9ª avaliações um calvário. Mas ao recusar avançar com um plano B, o Executivo joga a arma do costume: tentar negociar uma vez mais uma folga.

ÂNGELA SILVA  
e FILIPE SANTOS COSTA  
avsilva@expresso.impresa.pt